

**ENTRE O ESTUDO, O TRABALHO E O DESCANSO: O LAZER
DE UNIVERSITÁRIOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

*BETWEEN STUDY, WORK, AND REST: THE LEISURE OF PHYSICAL
EDUCATION STUDENTS AT THE UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
GOIÁS*

*ENTRE EL ESTUDIO, EL TRABAJO Y EL DESCANSO: EL OCIO DE
LOS ESTUDIANTES DE EDUCACIÓN FÍSICA DE LA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS*

Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo

Doutorado em Política Social

Universidade Estadual de Goiás - UEG

Goiânia, Goiás - Brasil

E-mail tatu.pedro@gmail.com

Orcid <https://orcid.org/0000-0003-3675-5256>

Maycon Karlos Napolitano da Silva

Graduando em Educação Física

Universidade Estadual de Goiás - UEG

Goiânia, Goiás - Brasil

E-mail mkns@aluno.ueg.br

Orcid <https://orcid.org/0009-0004-8298-1937>

RESUMO

Este estudo analisou as práticas, os tempos disponíveis e as formas de acesso ao lazer de estudantes do curso de Educação Física da UEG - UnU ESEFFEGO, considerando as determinações sociais, econômicas e acadêmicas que estruturam sua rotina. O objetivo foi compreender como os universitários vivenciam o lazer enquanto direito social em um contexto marcado pela intensificação do trabalho, pela mercantilização do tempo livre e pela baixa apropriação dos espaços institucionais. A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso de cunho social, de natureza qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionário estruturado com 31 estudantes, contemplando perfil socioeconômico, condições materiais, tipos de lazer e organização do tempo. Os resultados indicaram que a maior parte dos discentes enfrenta restrições temporais e financeiras que limitam o acesso ao lazer, destacando-se a centralidade das práticas físico-esportivas e, sobretudo, das atividades virtuais, como redes sociais e compras online, revelando a incorporação do mercolazer ao cotidiano universitário. Observou-se ainda baixa utilização espontânea

dos espaços de lazer do campus, geralmente acessados apenas por meio de projetos de extensão. Conclui-se que o lazer dos estudantes é intimamente condicionado pela lógica capitalista de consumo, pela sobrecarga de trabalho e estudo, e pela insuficiente apropriação crítica do tema na formação, demandando políticas institucionais que ampliem o tempo, o acesso e as possibilidades emancipadoras de fruição do lazer.

Palavras-chave: Lazer; Tempo Livre; Mercadoria; Estudantes Universitários; Educação Física.

ABSTRACT

This study analyzed the practices, available time, and forms of access to leisure among students in the Physical Education program at UEG – UnU ESEFFEGO, considering the social, economic, and academic conditions that structure their daily lives. The objective was to understand how these students experience leisure as a social right within a context marked by intensified workloads, the commodification of free time, and the limited use of institutional spaces. The research is a case study with a qualitative and exploratory design, based on a literature review, documentary analysis, and a structured questionnaire applied to 31 students, addressing socioeconomic profile, material conditions, types of leisure, and time organization. The results indicated that most students face temporal and financial constraints that restrict access to leisure, with prominence of physical-sport activities and especially virtual practices, such as social media and online shopping, revealing the incorporation of mercolazer into university routines. The findings also show low spontaneous use of campus leisure spaces, which tend to be accessed mainly through extension projects. It is concluded that students leisure is intimately conditioned by the capitalist logic of consumption, the overload of study and work, and the limited critical treatment of leisure within their academic training, highlighting the need for institutional policies that expand time, access, and emancipatory opportunities for leisure enjoyment.

Keywords: Leisure; Free Time; Merchandise; University Students; Physical Education.

RESUMEN

Este estudio analizó las prácticas, el tiempo disponible y las formas de acceso al ocio entre estudiantes del curso de Educación Física en la UEG - UnU ESEFFEGO, considerando los determinantes sociales, económicos y académicos que estructuran su rutina. El objetivo fue comprender cómo estos estudiantes universitarios experimentan el ocio como un derecho social en un contexto marcado por la intensificación del trabajo, la mercantilización del tiempo libre y la baja apropiación de los espacios institucionales. La investigación se caracteriza como un estudio de caso social, de naturaleza cualitativa y exploratoria, basado en una revisión bibliográfica, análisis de documentos y la aplicación de un cuestionario estructurado a 31 estudiantes, que abarca el perfil socioeconómico, las condiciones materiales, los tipos de ocio y la organización del tiempo. Los resultados indicaron que la mayoría de los estudiantes enfrentan restricciones temporales y financieras que limitan el acceso al ocio, destacando la centralidad de las prácticas físico-deportivas y, sobre todo, las actividades virtuales/digitales, como las redes sociales y las compras en línea, revelando la incorporación del ocio mercantilizado a la vida universitaria. También se observó un bajo uso espontáneo de los espacios de ocio del campus, generalmente accesibles

únicamente a través de proyectos de extensión. Se concluye que el tiempo libre de los estudiantes está íntima y profundamente condicionado por la lógica capitalista de consumo, la sobrecarga de trabajo y estudio, y la insuficiente apropiación crítica del tema en su formación, lo que exige políticas institucionales que amplíen el tiempo, el acceso y las posibilidades emancipadoras para disfrutar del ocio.

Palabras clave: Ocio; Tiempo Libre; Mercancía; Estudiantes Universitarios; Educación Física.

1 INTRODUÇÃO

O lazer é um direito social, assegurado ao cidadão pela Constituição Federal (Brasil, 1988). No artigo 6º, o lazer está posto como direito fundamental junto com a saúde, a educação, o trabalho e a moradia. No entanto, apesar de o artigo 7, inciso IV estabelecer que o salário mínimo deva cobrir inclusive as despesas do lazer e ter esse direito reforçado no artigo 277 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), o que temos é a negação desse direito, que é vendido para a classe trabalhadora na forma de mercadoria, bens e serviços (Padilha, 2006).

Os primeiros estudos voltados à problemática do lazer no âmbito internacional, datam entre as décadas de 1920 e 1930, na França e nos Estados Unidos da América. Os primeiros debates surgiram como orientações para o uso moral e utilitário do tempo livre dos trabalhadores. Depois da Segunda Grande Guerra, o conceito de sociologia do lazer foi se estruturando e ganhando novas fronteiras a partir da década de 1950 (Mascarenhas, 2005).

No Brasil, apesar das preocupações do lazer estarem atravessadas pela recreação, teve as primeiras obras importantes publicadas na década de 1950 e foi se estruturando enquanto conhecimento científico no decorrer histórico. No entanto, foi a partir do “Seminário sobre o lazer: perspectiva para uma cidade que trabalha” em 1969, organizado pelo Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESC-SP) e pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PM-SP) que os estudos da área se desenvolveram e se consolidaram em vista à demanda emergencial de pesquisas, teses, grupos e laboratórios (Mascarenhas, 2005). Neste período, surgiram os Centros de Estudos do Lazer (CELAZER) em 1970, vinculado ao SESC-SP e o Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PM-PA) em 1973, ambas com forte

influência ideológica na consideração do lazer disciplinador e compensatório e que era visto como algo que deveria contribuir para a reprodução da força de trabalho (Marcellino, 2006).

Com o avanço do neoliberalismo no Brasil, na década de 1990, o lazer sofreu um processo de subordinação do lazer à sua mercantilização. A esse fenômeno, Mascarenhas (2005) denominou de mercolazer. Essa transição aconteceu com a combinação entre a ausência do Estado com a transferência do sentido que era dado ao lazer (formal, de direito, com perspectivas de reprodução das condições de trabalho, como compensação de exploração do trabalho), para a nova demanda, ditada por fatores econômicos, políticos e culturais do mundo globalizado, transformando-se em mercadoria. Subordinado ao consumo, o lazer se converte em tempo disponível para alimentar o mercado e assim reproduzir o modo de produção capitalista (Mascarenhas, 2005; Padilha, 2018).

O lazer, além de necessidade humana, também constitui como campo de formação, conhecimento e atuação na vida de estudantes de EF. Falcão *et al.* (2020) constata em seu estudo, que 87,6% dos discentes de EF relataram ter ampliado seu repertório de atividades culturais e sociais sobre lazer ao longo do curso. Nesta pesquisa, os universitários consideram o lazer: “momento de divertimento e entretenimento” (28,5%), “fazer o que gosta” (25,5%), “tempo livre das obrigações, do trabalho e dos estudos” (17,4%), mostrando que os sentidos atribuídos a esse momento.

Essa contradição se aprofunda quando se observa que o tema do lazer aparece de maneira secundária na formação universitária. Nascimento (2017) aponta que em Goiás, o lazer ocupa lugar marginal nos currículos dos cursos de EF, sendo frequentemente reduzido ao eixo esporte-saúde ou tratado como prática recreativa, sem articulação com sua dimensão sociocultural. Essa ausência de discussão dificulta que futuros profissionais compreendam o lazer como fenômeno sociocultural, vinculado à luta de classes, à conquista do tempo livre, às políticas sociais e às possibilidades de formação humana.

Na Unidade Universitária de Goiânia (UnU-ESEFFEGO) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), instituição histórica na formação em Educação Física no estado, fundada em 1962, dispõe de infraestrutura que inclui ginásios, piscina, pista de atletismo e campo de futebol. Esses equipamentos são utilizados tanto para o ensino,

pesquisa e extensão. Surge então, uma questão central: esses espaços também constituem possibilidades reais de lazer para os estudantes? E, ampliando o problema: quais práticas de lazer os estudantes da UEG-UnU ESEFFEGO realizam, quanto tempo dispõem e como acessam tais atividades?

Dessa forma, o presente estudo busca compreender as práticas, os tempos disponíveis e as formas de acesso ao lazer de estudantes de Educação Física da UEG-UnU ESEFFEGO, considerando as demandas pessoais, acadêmicas e laborais que atravessam suas rotinas. Justifica-se esta investigação pela contribuição à reflexão ao processo de formação de estudantes de EF quanto a experiência do exercício ao direito ao lazer, bem como para colaboração na produção do conhecimento sobre o objeto na área.

Trata-se de uma pesquisa social de natureza qualitativa (Gil, 2008), fundamentada em revisão de literatura, análise documental (Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do curso e aplicação de questionário estruturado para levantamento do perfil socioeconômico, tempo disponível e práticas de lazer dos estudantes.

Assim, pretende-se contribuir para o debate sobre o lazer no âmbito da formação universitária em Educação Física, evidenciando as tensões entre direito social, consumo, tempo livre e prática profissional, bem como refletir sobre o papel da universidade na ampliação ou restrição das experiências de lazer de seus estudantes.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como um estudo de caso fundamentado na pesquisa social (Pintos, 2017), de natureza qualitativa (Magnabosco, 2020; Cardoso *et al.*, 2020) e de cunho exploratório. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, contemplando autores que discutem o lazer em perspectiva crítica e sociocultural, além do exame de documentos institucionais que estruturam o currículo da Educação Física na ESEFFEGO-UEG (PPC e PPI, 2023). Essa etapa permitiu compreender os referenciais teóricos e normativos que orientam a formação dos estudantes, situando a investigação no debate nacional sobre lazer, trabalho e consumo.

Em seguida, a pesquisa direcionou-se à caracterização do lazer dos discentes de

Educação Física da UEG-UnU ESEFFEGO, acompanhando a tendência de estudos que investigam grupos populacionais específicos no campo (Cavalcanti; Lazzarotti Filho, 2024). A análise buscou apreender dimensões da totalidade, mediação e contradição (Paulo Neto, 2021), especialmente no modo como os estudantes organizam seus tempos de estudo, trabalho e práticas de lazer.

A abordagem qualitativa orientou a interpretação dos fenômenos sociais, considerando signos, valores e significados que extrapolam leituras meramente quantitativas (Minayo, 2009). Para ampliar a compreensão da realidade empírica, adotou-se um desenho metodológico plural (Gil, 2008) combinando: pesquisa documental; pesquisa bibliográfica e questionário on-line estruturado, utilizado como instrumento de coleta de dados primários.

O questionário continha 31 perguntas abertas e fechadas e foi aplicado via Google Forms, entre 20 de outubro e 08 de novembro de 2025, divulgado no grupo institucional *online* “Comunidade ESEFFEGO”. Antes do início, os participantes leram e aceitaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo anonimato e uso exclusivo dos dados para fins científicos. O instrumento foi organizado em três blocos: (1º) Consentimento ético; (2º) Perfil socioeconômico (sexo, idade, renda familiar, residência, identidade, ingresso por cotas, segunda formação); (3º) Práticas, tempos e formas de acesso ao lazer.

As atividades de lazer foram classificadas segundo categorias propostas por Dumazedier (1999 *apud* Mascarenhas, 2005) e ampliações posteriores: físico-esportivas, intelectuais, artísticas, manuais, sociais, turísticas (Camargo, *s/d apud* Buzacarine; Corrêa, 2015) e virtuais (Schwartz, 2003). Além disso, os estudantes estimaram o tempo destinado ao trabalho, estudo e lazer, permitindo relacionar tais dimensões às condições materiais e ao contexto social dos participantes.

A análise foi guiada pelo movimento histórico dialético de concretização imediata à abstração–concretização (tese-antítese-síntese), considerando as suas categorias de análise: a mediação, a contradição e a totalidade (Paulo Neto, 2021), buscando interpretar o lazer dos universitários como fenômeno da mercantilização do lazer (Mascarenhas, 2005; Padilha, 2006).

Por fim, as categorias emergentes, perfil socioeconômico, tempos de trabalho e tempo livre, atividades de lazer e acesso ao lazer, foram confrontadas aos referenciais

teóricos e aos documentos institucionais. Esse enfrentamento permitiu compreender como o lazer, embora reconhecido como direito social pelo PPC (2023), é tensionado pela realidade concreta dos estudantes, marcados por desigualdades materiais e pela lógica do mercolazer.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, foi na década de 1970 que os primeiros estudos do lazer foram embasados principalmente na teoria dos 3 dês (Descanso, Diversão e Desenvolvimento) de Dumazedier, deu suporte teórico para a aparição de laboratórios e eventos sobre a temática (Mascarenhas, 2005).. Neste contexto, o aprofundamento científico do lazer na atualidade buscou superar o caráter funcionalista que marcou a sua origem e desenvolvimento (Cavalcante e Lazzarotti Filho, 2024). Assim, a EF acompanhou o movimento, inserindo a temática em seus currículos na segunda metade do século XX.

O estudo do lazer no âmbito acadêmico da Educação Física (EF) da ESEFFEGO-UEG insere-se em um campo consolidado, no qual a EF se afirma como área protagonista por interpretar criticamente as manifestações culturais ligadas ao tempo livre (Mascarenhas, 2005; Cavalcante; Lazzarotti Filho, 2024).

2.1 LAZER, TRABALHO E FORMAÇÃO NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESSEFFEGO-UEG

Os estudantes possuem um tempo disponível no cotidiano da universidade, entre idas e vindas de aulas, projetos de extensão, no intervalo e nos tempos vagos entre as aulas e turnos. No caso da ESEFFEGO-UEG, existem uma diversidade de espaços e equipamentos para a prática de lazer, especialmente as referentes ao esporte e atividades que envolvem a cultura corporal.

No campus ESEFFEGO-UEG, os espaços de práticas corporais, ginásios, pista, piscina, salas de dança, constituem ambientes privilegiados para articular teoria e prática. No entanto, sua apropriação depende de mediações pedagógicas que incentivem o uso crítico do tempo livre, e não apenas sua ocupação técnica ou esportiva (Buzacarine; Corrêa, 2023).

A unidade da UEG abriga três cursos, EF, Fisioterapia e Biomedicina, e possui infraestrutura ampla para práticas corporais, além de laboratórios entre outros espaços em comum (PPC, 2025). Nas universidades goianas, 92% dos estudantes atribuem relevância ao tema (Nascimento, 2017), mas essa valorização nem sempre se traduz em práticas pedagógicas que problematizam o lazer para além do esporte.

Diante disso, os discentes deste curso são o grupo que mais estudado enquanto população do lazer (Cavalcante; Lazzarotti Filho, 2024). No curso de Educação Física o discente conclui o curso com dupla formação, em que ele poderá atuar em atividades não escolares, no entanto a prática na educação formal (escola, universidades, etc.) e em atividades não escolares (academias, hospitais, gestão, etc.). Assim, o PPC (2023) propõe a contemplação da formação humanística crítica diante do mundo do trabalho.

A unidade da ESEFFEGO-UEG possui espaços e equipamentos para a fruição de atividades relacionadas à cultura corporal, aqui denominadas de interesses físico-esportivos, com amplo acesso aos seus estudantes. Durante a pesquisa foi perguntado se “no tempo livre de lazer, quais atividades e espaços eles ocupam dentro do campus?”, dispondo de diversas opções das práticas em diversos pontos da unidade, no intuito de analisar a disposição do uso dos locais enquanto espaços de lazer. No entanto, quase um terço (29%) responderam “nenhuma”, apontando baixa apropriação dos espaços do campus e outro terço (35,5%) respondeu que utiliza esses espaços pela participação em projetos de extensão (35,5%).

A participação em projetos de extensão destaca o compromisso e disponibilidade com a universidade, em que permite ao universitário, não apenas desenvolver determinado estudo específico, mas também usufruir do patrimônio público. No estudo de Buzacarine e Corrêa (2015) apontam que 77% dos universitários expressaram que a maior barreira para a prática de atividades de lazer é o tempo. Então, a apropriação do espaço do campus poderia proporcionar um aproveitamento eficiente ao tempo do universitário em suas práticas de lazer. Seus espaços poderiam evitar o gasto financeiro como fator impeditivo dessa prática cidadã, visto que é uma das razões para o não acesso (Buzacarine; Corrêa, 2015).

Apesar, de o Projeto Pedagógico do Curricular (PPC, 2023) enfatizar uma formação crítica, humanística e integrada, o lazer ainda tende a ser compreendido pelos estudantes sob perspectivas pouco problematizadas, limitando sua potência educativa

(Mascarenhas, 2005). Essa fragilidade crítica os expõe ao mercolazer, fenômeno que transforma o lazer em mercadoria, ampliando a dependência do consumo cultural. Além disso, o lazer em componentes como o Estágio IV, traz o tema como campo de atuação do que como objeto de reflexão, revelando a necessidade de investigar como estudantes de EF vivenciam, compreendem e acessam o lazer como direito social.

O documento que orienta as práticas pedagógicas do curso tem em seu eixo a formação profissional alinha lazer a um direito social que abrange os egressos (PPC, 2023). No curso de EF os estudos do lazer buscam estratégias de aprofundamento metodológicos, sobressaindo em objetivos de pós-graduações diversas (Cavalcanti; Lazzarotti Filho, 2024). Os universitários então têm a sua volta as possibilidades de acesso e utilização do lazer. Desta forma, vamos caracterizar e traçar um perfil dos discentes do curso de EF da UEG-UnU ESEFFEGO.

2.1.1 O perfil do estudante de Educação Física da ESEFFEGO-UEG

A amostra foi composta por 31 estudantes, majoritariamente jovens entre 18 e 29 anos, com predominância de mulheres cisgênero (58,1%) e pessoas heterossexuais (84%). A maioria se identificou como parda (41,9%) ou branca (38,7%), dados semelhantes a outras pesquisas (Buzacarine; Corrêa, 2015; Magnabosco, 2020). Quanto ao trajeto formativo, os participantes concentraram-se no 3º-4º período (32,5%) e no 9º-10º período (29%). Houve diversidade quanto às orientações sexuais sendo que 9,7% são homossexuais e 6,5% de bissexuais, sendo a maioria de pessoas heterossexuais (83,9%), nenhuma representatividade trans, apontando apenas pessoas dentro do espectro binário cis. Entre os ingressantes por cotas (25,8%), a maior parte veio de escola pública (77,8%). Esse conjunto evidencia um grupo socialmente heterogêneo, com trajetórias distintas e potencial influência de desigualdades socioeconômicas sobre o acesso ao lazer.

O perfil de estudante do curso de EF de Goiânia, inserido no contexto do lazer universitário, vivencia a dualidade em meio às exigências acadêmicas e as necessidades pessoais. Sendo que as condições financeiras favorecem a uma maior perspectiva ao acesso às atividades de lazer (Buzacarine; Corrêa, 2015). Em contraste, o curso de Educação Física, possibilita vivências nas práticas corporais inseridas no meio cultural e

amplia a percepção do discente sobre o acesso às práticas diversas desenvolvidas no meio acadêmico (Falcão et al, 2023).

O perfil socioeconômico dos participantes foi delineado a partir das informações sobre renda familiar e condições de trabalho dos universitários. Estudos anteriores, como o de Buzacarine e Corrêa (2015), que analisaram 184 questionários de estudantes de Educação Física e Administração, já indicavam que universitários, em sua maioria mulheres e com média de 25 anos, apresentavam renda familiar de até dois salários mínimos. No presente estudo, observou-se que quase metade dos participantes (45,2%) situava-se na faixa de 2 a 4 salários mínimos (R\$ 3.036,00 a R\$ 6.072,00), geralmente distribuídos entre dois a quatro membros da família (67,7%).

Os dados indicam que a maior parte dos estudantes vive com renda familiar entre 0 e 3 salários mínimos (58,1%). Esse cenário difere do identificado por Magnabosco (2020), em cujo estudo 47% dos universitários tinham renda per capita superior a três salários mínimos, embora a falta de recursos também tenha sido a principal justificativa para a não realização de atividades de lazer. Assim, evidencia-se que as limitações econômicas constituem barreira significativa ao acesso ao lazer entre os estudantes da ESEFFEGO-UEG.

Os fatores econômicos tornam-se impeditivos, sobretudo em atividades de maior custo, como o lazer turístico. Isso se confirma na amostra: 35,5% afirmaram não realizar práticas turísticas, enquanto entre aqueles que realizam, destacam-se modalidades esportivas, acadêmicas e culturais (25,8%), revelando alinhamento às atividades do curso. Entretanto, há outros fatores que atravessam o acesso ao lazer, sendo ele o tempo reservado para tal.

O tempo é atravessado por valores, modos de vida e condicionantes culturais, manifestando-se, sobretudo, nas tensões históricas entre capital e trabalho. Por isso, o tempo disponível, e sua organização, torna-se elemento central para compreender o acesso ao lazer enquanto direito social. Convém destacar que tal tempo constitui conquista histórica dos trabalhadores, resultado direto das lutas por direitos e garantias trabalhistas ao longo do século XX (Mascarenhas, 2005).

No grupo investigado, quase metade dos participantes atuava como estagiário (48,4%), realidade semelhante à encontrada por Magnabosco (2020), que identificou 44,7% de universitários inseridos no mercado formal ou em estágio. Essa dupla jornada,

estudo e trabalho, restringe significativamente o tempo de descanso e de fruição do lazer (Buzacarine; Corrêa, 2015). Se estudantes de EF, mesmo com amplo acesso a espaços de cultura corporal na unidade, já vivenciam limitações temporais, a situação tende a ser ainda mais severa para sujeitos que precisam conciliar demandas acadêmicas e laborais.

Assim, embora a ampliação de espaços públicos de lazer seja relevante, ela não assegura, por si só, o efetivo usufruto desse direito. O tempo disponível, igualmente capturado, mercantilizado e comprimido pela lógica capitalista, constitui um obstáculo central à prática do lazer. As políticas públicas voltadas à democratização do acesso procuram reduzir tais desigualdades, embora, frequentemente não alcançam a complexidade das condições materiais e temporais que estruturam a vida cotidiana (Figueiredo, 2009; Pintos, 2017).

O tempo livre corresponde ao período remanescente após o cumprimento das tarefas necessárias à manutenção da vida, inseridas nos âmbitos profissional, acadêmico e social (Padilha, 2006; Nascimento, 2017). Para os universitários, isso se manifesta nos intervalos curtos entre as aulas, no deslocamento diário, nos compromissos acadêmicos e na sobreposição das demandas de estudo e trabalho.

Dumazedier, classifica as diferentes atividades em interesses físico-esportivas, manuais, intelectuais, sociais e artísticas (Buzacarine; Corrêa, 2015). Em anos recentes, entretanto, vem ganhando destaque a categoria do lazer virtual (ou digital), que reconhece formas de vivência mediadas por tecnologias digitais e já integra pesquisas contemporâneas sobre cultura juvenil e práticas acadêmicas (Schwartz, 2003; Falcão *et al.*, 2023; Magnabosco, 2020; Cardoso *et al.*, 2020).

Assim, o lazer se define na relação dialética com o trabalho, delimitando-se entre atividades obrigatórias e práticas que geram liberdade e prazer (Padilha, 2006). Enquanto direito social, ele articula uma dimensão coletiva, inscrita na conquista histórica do tempo livre, e uma dimensão subjetiva, ligada à escolha individual (Melo e Alves Júnior, 2003). Contudo, mesmo dentro do tempo livre, múltiplas tarefas competem com a fruição do lazer, o que faz com que universitários mobilizem espaços próximos ao estudo ou trabalho para otimizar esse tempo (Buzacarine; Corrêa, 2015).

O lazer, portanto, articula-se às formas culturais de apreciação e às atitudes dos sujeitos frente às atividades que escolhem realizar em seu tempo disponível, compondo um fenômeno simultaneamente temporal e cultural (Marcellino, 2000). Entre

universitários, essa dinâmica revela nuances específicas: condições financeiras, tipos de atividades praticadas e modos de acesso interferem diretamente na maneira como esse direito é vivido no cotidiano acadêmico. É importante destacar que o entendimento contemporâneo de lazer resulta de um longo processo histórico. Desde sua consolidação no final do século XVIII, o lazer passou por ressignificações, chegando ao século XX marcado por uma concepção tradicional que o associa à compensação do desgaste provocado pelo trabalho no sistema capitalista, e é então funcional a ele (Mascarenhas, 2005).

Mesmo em contextos atuais, caracterizados pelo avanço tecnológico e pela intensificação de práticas mediadas digitalmente, que ampliam as possibilidades de experiências reais de lazer (Schwartz, 2003), persistem limites concretos impostos pelas condições materiais e temporais dos universitários. Assim, embora novas práticas ampliem o repertório cultural disponível, elas não eliminam os obstáculos históricos que condicionam o acesso e a vivência do lazer no cotidiano acadêmico

2.1.2 As formas de acesso ao Lazer

Historicamente, o direito ao lazer foi concebido sob uma matriz eurocêntrica e colonial, reforçando relações de dependência e hierarquias sociais (Nascimento, 2017). Para enfrentar essa herança, é necessário construir políticas que desvinculem o lazer da lógica mercadológica, reconhecendo-o como direito humano fundamental. Nesse horizonte, ganha relevância o conceito de lazerania, formulado por Mascarenhas (2005), que propõe uma perspectiva emancipatória baseada na participação, autonomia, justiça social e organização coletiva, superando práticas individualistas e mercantilizadas.

A crítica ao mercolazer evidencia a contradição entre a função social do lazer e sua apropriação como mercadoria. Assim, o acesso às atividades disponíveis depende diretamente das condições financeiras dos sujeitos, restringindo o exercício pleno desse direito. No campo da Educação Física, essa contradição se expressa também nas práticas educativas, já que grande parte das intervenções relacionadas ao lazer ocorre em contextos não escolares e recreativos (Mascarenhas, 2005).

Entre os universitários investigados, observou-se que o uso dos espaços de lazer do campus é predominantemente indireto e breve: o tempo médio de permanência nos

diferentes espaços foi de 0 a 30 minutos (média simples de 13,1 participantes por ambiente). Isso sugere que a rotina acadêmica intensa influencia negativamente a apropriação espontânea e prazerosa do lazer, limitando a integração desses espaços à vida cotidiana dos estudantes. Em cada atividade sugerida na utilização de espaços dentro da unidade, foram estimados o tempo que normalmente o universitário gastaria. Em todas as atividades a maioria disse gastar de zero a trinta minutos para a prática, incluindo respostas se referenciando ao projeto de extensão (11 participantes) claramente apontado no gráfico (em cor lilás) a prevalência diante dos resultados a seguir.

Gráfico 1 – Tempo dedicado ao lazer físico-esportivo.



Fonte: elaborado pelos próprios autores

O tempo destinado às práticas físico-esportivas pelos estudantes revela um quadro de forte fragmentação do lazer no campus. Entre os 31 respondentes que utilizaram os espaços da ESEFFEGO, 27 relataram praticar atividades de lazer por menos de 30 minutos, o que confirma uma tendência de sessões curtas, intermitentes e realizadas de forma ajustada às exigências da rotina acadêmica e do trabalho. Esse padrão evidencia a compressão do tempo livre produzida pela sobreposição entre estudo e trabalho, que aponta a limitação temporal como uma das principais barreiras ao exercício do lazer enquanto direito social (Buzacarine; Corrêa, 2015; Mascarenhas,

2005). Mesmo diante da oferta de espaços públicos, gratuitos e tecnicamente adequados à prática da cultura corporal, o estudante precisa "encaixar" sua atividade em intervalos mínimos, o que reforça a dificuldade de fruição plena do lazer no interior da universidade.

Além da predominância de práticas breves, observou-se que apenas 7 estudantes relataram sessões de uma a quatro horas, indicando que o uso do campus para treinos longos e estruturados é pouco comum. Esse dado sugere que, embora a ESEFFEGO disponha de uma infraestrutura, sua apropriação espontânea como espaço de permanência para lazer prolongado é restrita. A baixa presença de sessões extensas demonstra que o tempo livre disponível não sustenta práticas de maior profundidade, reforçando o entendimento de que o lazer universitário tende a ser vivenciado em caráter funcional, imediato e adaptado às pressões cotidianas (Nascimento, 2017; Padilha, 2006). Tal dinâmica contribui para a reprodução da lógica do mercolazer, na qual o tempo livre é continuamente comprimido e subordinado às demandas produtivas, esvaziando possibilidades educativas, criativas e emancipadoras.

Um último aspecto diz respeito a dois casos atípicos de estudantes que afirmaram dedicar mais de oito horas ao lazer físico-esportivo. Embora representem exceção estatística, esses relatos chamam atenção por destoarem de maneira significativa da realidade geral. É possível que correspondam a perfis específicos, como estudantes-atletas ou indivíduos com rotina fortemente orientada à prática esportiva, o que desvia a média temporal, mas não altera o panorama predominante. Esses casos extremos reforçam, inclusive, o caráter desigual da disponibilidade temporal entre os universitários, conforme apontam estudos sobre as relações entre lazer, trabalho e condições materiais (Padilha, 2018). Assim, mesmo quando aparecem tempos alongados, eles não representam a vivência habitual dos estudantes, cujo acesso ao lazer permanece condicionado por limitações estruturais e pela racionalidade produtiva que atravessa a vida acadêmica.

Diante disso, o simples fornecimento de espaços públicos não garante, por si só, o acesso ao lazer como direito social (Pintos, 2017). No campus, apesar da variedade de ambientes favoráveis às práticas corporais e socioculturais, muitos estudantes permanecem presos a uma rotina acadêmica e do trabalho que limita sua autonomia na escolha e na fruição do tempo livre.

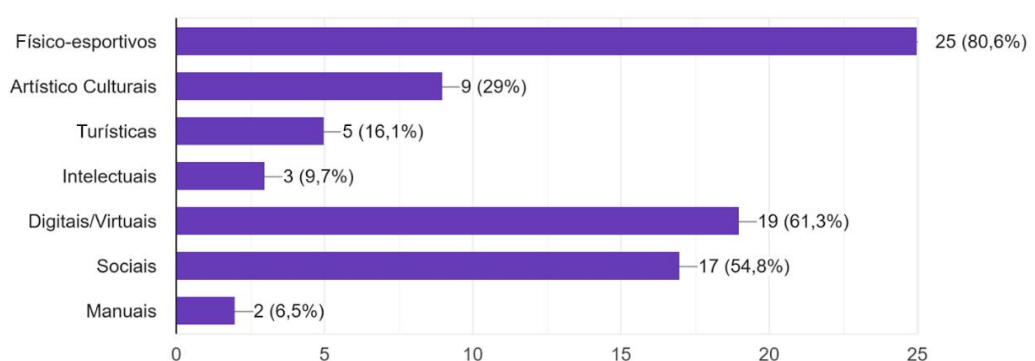
Nascimento (2017) realiza uma revisão sistematizada da literatura científica nacional e cita diversos estudos de caso que investigam a percepção do lazer no Brasil e sua relação com a Educação Física, frequentemente expondo a prevalência da visão funcionalista entre os acadêmicos. A menção às "pesquisas nacionais" serve para dar base empírica à constatação de que o lazer tem sido percebido dessa forma utilitária no contexto brasileiro. Assim, a experiência do lazer, que deveria ser universal, passa a ser filtrada pelas condições econômicas, restringindo o acesso pleno a esse direito. A proposta de lazerania surge exatamente como alternativa crítica: ao priorizar práticas coletivas, democráticas e emancipadoras, ela busca romper com o individualismo consumista e ampliar a possibilidade real do lazer como direito social (Mascarenhas, 2005).

No cotidiano universitário, atividades virtuais, como assistir séries ou ouvir música, tornam-se especialmente relevantes por exigirem menor deslocamento e menor custo, o que as torna mais compatíveis com rotinas acadêmicas intensas (Matos; Pinheiro; Bahia, 2020; Falcão, 2020; Buzacarine; Corrêa, 2015).

Gráfico 2 – Tipos de atividades de lazer mais praticadas pelos universitários ESEFFEGO-UEG

16 - Marque quais atividades de lazer você mais pratica?

31 respostas



Fonte: Elaborado pelos próprios autores

Mesmo no curso de Educação Física, observa-se que atividades de lazer mediadas por tecnologias, frequentemente associadas ao sedentarismo, integram de forma expressiva a rotina dos universitários. Essa incorporação evidencia a adaptação

das práticas de lazer às condições materiais, culturais e temporais vivenciadas pelos estudantes da ESEFFEGO. A pandemia intensificou esse movimento ao forçar a adesão massiva às práticas virtuais e digitais, alterando a forma como os sujeitos se relacionam com a tecnologia e utilizando tais atividades como estratégias de alívio emocional diante das pressões impostas naquele período histórico (Falcão *et al.*, 2020).

Silva (2021), examinando os impactos da COVID-19 no tempo social e nas experiências de lazer de uma universidade federal, também observou queda na adesão às práticas de lazer. A análise indica que o medo do contágio, o sofrimento psicológico associado à crise sanitária e as restrições de acesso a espaços públicos foram fatores que limitaram fortemente as atividades presenciais. Como consequência, a população universitária passou a depender quase exclusivamente de práticas de lazer mediadas por tecnologias digitais, intensificando sua apropriação cotidiana desses recursos.

Matos, Pinheiro e Bahia (2020) analisaram as vivências de lazer de discentes do curso de Educação Física da Universidade Federal do Pará durante a pandemia de COVID-19. Os autores identificaram uma redução significativa no envolvimento dos estudantes com atividades de lazer, destacando que a maior parte das práticas passou a ocorrer no ambiente virtual, sobretudo por meio do uso de redes sociais e do consumo de séries. De forma complementar, o estudo de Falcão *et al.* (2020), que investigou os impactos das tecnologias da informação e comunicação (TICs) na formação acadêmica e no lazer de estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), revelou que a ausência do convívio presencial foi a mudança mais marcante: 93% dos universitários relataram ter interrompido ou reduzido encontros com amigos, participação em festas e demais eventos sociais. O distanciamento social intensificou a centralidade das telas no cotidiano e deslocou grande parte das vivências de lazer para o meio digital (Falcão *et al.*, 2020).

Mesmo após o período pandêmico, esse padrão permanece evidente na presente pesquisa. Ao serem apresentados aos conteúdos culturais do lazer, os universitários investigados demonstraram maior adesão às atividades físico-esportivas (80,6%), seguidas pelas digitais/virtuais (61,3%), sociais (54,8%), artístico-culturais (29%), turísticas (16,1%), intelectuais (9,7%) e manuais (6,5%). Esses dados reforçam a coexistência de atividades esportivas e de enfoque sociais, como encontros e festas presenciais, com atividades mediadas por tecnologias digitais, e sua consolidação como

alternativas de lazer recorrentes na vida universitária.

O conceito de lazer virtual emerge das transformações tecnológicas do período pós-industrial, quando a inovação nos meios de comunicação ampliou as possibilidades de vivência do lazer, transferindo parte significativa dessas experiências para o ambiente digital (Schwartz, 2003). De modo geral, os impactos tecnológicos e os efeitos da pandemia configuraram uma reestruturação das experiências de lazer universitário. A ampliação do uso das TICs, aliada às restrições de circulação e convívio social, consolidou o lazer virtual/digital como uma prática cotidiana e acessível, redefinindo hábitos culturais e ampliando a presença das vivências online no tempo livre.

No contexto pós-pandêmico, embora práticas presenciais tenham retornado, os dados mostram que o lazer virtual permanece como parte significativa do repertório dos estudantes, evidenciando uma transformação duradoura nas formas de vivenciar o lazer. Essa permanência indica não apenas um ajuste circunstancial, mas uma mudança estrutural nas escolhas, nas possibilidades de acesso e na organização do tempo livre entre os universitários.

2.1.3 Entre a lazerania e o mercolazer na vida universitária

Os *shoppings centers* tornam-se símbolo desse movimento de transformação do lazer em mercadoria: ambientes percebidos como seguros, controlados e multifuncionais, que oferecem alimentação, climatização, entretenimento e compras em um único espaço. Embora públicos em seu acesso físico, esses locais produzem um tipo de segregação simbólica e material, selecionando usuários a partir de sua capacidade de consumo (Padilha, 2006).

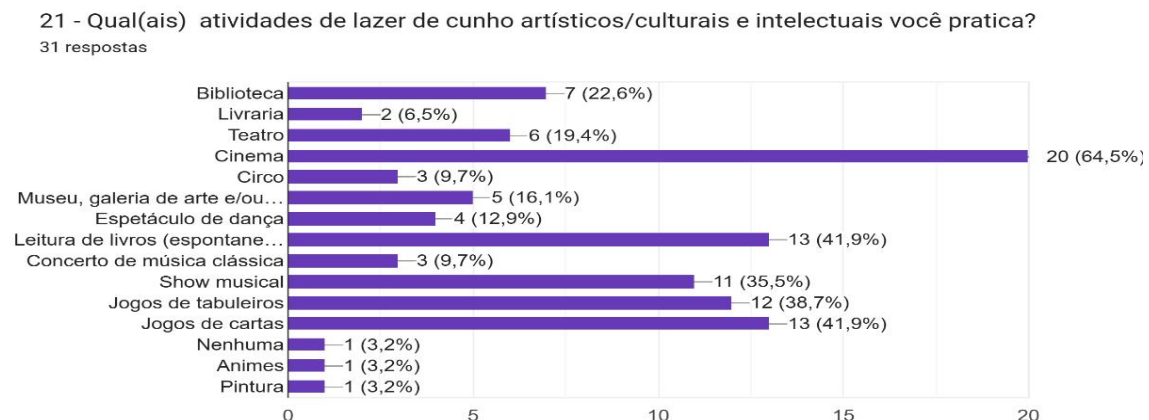
O lazer, portanto, deixa de ser apenas uma experiência cultural e passa a ser uma expressão do consumo, produzida socialmente e direcionada por interesses econômicos. A expansão acelerada de *shopping centers*, parques temáticos e serviços de entretenimento nos últimos anos reflete essa tendência, fortalecendo a presença de práticas privadas que, muitas vezes, obscurecem o direito social ao lazer (Melo; Alves Júnior, 2006; Padilha, 2018).

Os resultados deste estudo evidenciam como essa lógica aparece entre os universitários investigados. No conjunto de atividades artístico-culturais consumidas, o

cinema é a preferência de 64,9% e idas em show musical com 35,5% de opinião da amostra. Embora possam ser pensadas como políticas públicas, na cidade de Goiânia, é recorrente o acesso privado dessas atividades: exige deslocamento até um espaço privado, requer pagamento por ingresso e por produtos associados, e depende de uma infraestrutura comercial. Essa escolha sugere que, quando possuem meios financeiros ou condições sociais favoráveis, os estudantes optam por práticas marcadas pela mediação mercadológica do lazer.

Outras escolhas também reforçam nuances importantes desse fenômeno. A presença significativa de jogos de cartas (41,9%) pode indicar práticas de lazer comunitário, mas também pode significar a participação em jogos de apostas em casas especializadas, como as de *poker*.

Gráfico 3 - Discriminação dos tipos de atividades de interesse artísticos/culturais e intelectuais dos universitários.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Paralelamente, a mesma porcentagem de estudantes indica a leitura de livros como prática de lazer, o que reforça a coexistência entre hábitos digitais e *offline*. Assim, as práticas de lazer identificadas revelam como os estudantes transitam entre diferentes formas de acesso, ora mobilizando recursos financeiros para participar de experiências ofertadas pelo mercado, ora buscando atividades menos vinculadas ao consumo. Esse movimento revela a complexidade das vivências de lazer no contexto universitário contemporâneo, evidenciando tensões entre o direito social ao lazer, as condições

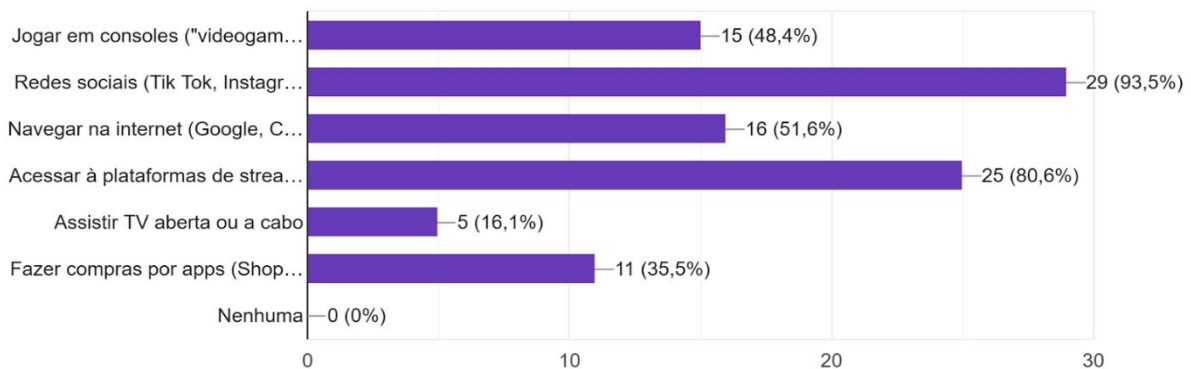
materiais da vida estudantil e a presença predominante da lógica mercantil que estrutura grande parte das ofertas culturais disponíveis.

Em outro momento é perguntado como são as atividades de lazer virtuais onde a maioria usa para redes sociais (93,5%), mas que também aponta demanda do uso digital para compras virtuais (35,5%).

Gráfico 4 – Atividades do tipo digital/virtual praticados pelos universitários.

23 - Quais atividades virtuais/digitais você pratica, no âmbito do lazer?

31 respostas



Fonte: Elaborado pelos próprios autores

A presença expressiva de compras virtuais (35,5%) entre as atividades de lazer digital revela um aspecto central do debate contemporâneo sobre a apropriação mercantil do tempo livre. A incorporação do consumo ao ambiente virtual demonstra como o mercolazer se expande para além dos espaços físicos, convertendo a vivência lúdica em um prolongamento da lógica de mercado. Nesse contexto, o tempo destinado ao descanso ou ao prazer se transforma em tempo disponível para o consumo. Se o *shopping center* atua como um espaço simbólico de consumo seguro e controlado, o ambiente digital amplia esse horizonte, naturalizando a prática da “compra divertida” no interior das rotinas cotidianas (Mascarenhas, 2005; Padilha, 2006; 2018).

Essa dinâmica é intensificada pelo uso massivo das redes sociais (93,5%), cujas interfaces operam como ambientes de circulação publicitária contínua. A publicidade, ao atuar no plano do simbólico, produz desejos, orienta preferências e redefine necessidades, garantindo a inserção do indivíduo em um fluxo constante de estímulos ao

consumo. Assim, mesmo quando o universitário busca descanso ou distração online, ele é interpelado por mensagens que associam satisfação, pertencimento ou bem-estar à aquisição de produtos. O lazer digital, portanto, se converte em um espaço privilegiado para a formação de sujeitos consumidores, reforçando comportamentos orientados mais por necessidades produzidas socialmente do que por demandas concretas (Padilha, 2018).

A integração entre lazer virtual e consumo, portanto, não se configura como expressão plena de liberdade, mas como uma experiência mediada e condicionada pela oferta mercantil que estrutura grande parte das vivências contemporâneas. O consumo digital aparece como uma alternativa rápida e acessível para estudantes que lidam com restrições materiais e temporais, ao mesmo tempo em que reforça sua vulnerabilidade diante das estratégias mercadológicas que capturam o tempo livre. O lazer virtual consumista, portanto, não representa uma experiência autônoma: ele opera como uma simulação de liberdade que, em vez de romper com a lógica produtiva, a reproduz e amplia, mantendo o sujeito integrado ao circuito da mercantilização do lazer.

O cruzamento entre renda familiar, tempo disponível e tipos de atividades de lazer revela que os estudantes da ESEFFEGO-UEG vivenciam o lazer de modo tensionado entre condições materiais restritas e a força da lógica do consumo. A maioria concentra-se na faixa de até três salários mínimos, o que limita o acesso a práticas de maior custo, direcionando suas escolhas para atividades de baixo investimento financeiro, sobretudo o lazer virtual e digital. Essa restrição econômica se articula à elevada carga de trabalho e estágio, presente em mais de 80% dos estudantes, que reduz significativamente a disponibilidade de tempo livre e impacta diretamente a regularidade e a qualidade das atividades praticadas.

O quadro a seguir evidencia, portanto, que as práticas de lazer são fortemente condicionadas pela combinação entre renda, tempo disponível e formas de acesso, revelando um cenário no qual o lazer como direito social convive com práticas mediadas pela racionalidade do mercolazer.

Quadro 1 – Sistematização didática do Lazer de Estudantes da ESEFFEGO (renda e práticas)

Dimensão de Análise	Principal Categoria/ Métrica Geral	Padrão por Faixa de Renda (Ex: 3 SM - Moda)	Padrão de Acesso Identificado	Implicação Didática
1. Renda Familiar	3 Salários Mínimos (R\$ 4.554)	33,3% dos estudantes se concentram nesta faixa (média-baixa).	Consumo Limitado	A maioria dos estudantes opera com orçamento restrito, priorizando lazer de baixo custo.
2. Carga de Trabalho/ Obrigações	83,3% dos estudantes trabalham ou estagiam.	A alta carga horária de trabalho/estágio é o principal fator limitante do tempo livre.	Tempo Escasso	O lazer é disputado com o trabalho, afetando a regularidade e a duração das atividades.
3. Lazer Virtual/Digital	Maior Tempo Dedicado ao Lazer (Diário)	Forte concentração em 1h a 3h.	Consumo de Tempo (Digital)	A tendência é dedicar o tempo livre ao lazer acessado via consumo, mesmo que travestido de público (streaming/redes sociais), que requer pouco investimento financeiro, mas grande alocação de tempo.
4. Lazer Físico-esportivo	Mais Praticado (27 menções)	Tempo focado em 1h a 2h por dia (prática estruturada).	Direito Social/Acesso (Baixo Custo)	A alta frequência é mantida em todas as rendas, pois é frequentemente praticado em espaços gratuitos (parques, rua, ESEFFEGO-UEG) ou com investimento fixo baixo (academia).
5. Lazer Artístico Cultural e Intelectual	Cinema e Leitura (Práticas dominantes)	Acesso generalizado e uniforme em todas as faixas de renda.	Direito Social/Acesso (Universal)	Acesso a bens culturais é direcionado a opções de custo acessível (biblioteca, plataformas digitais), funcionando como um direito fundamental exercido por todas as classes. Já o cinema, tem o custo mais elevado em média, mas possui alternativas promocionais
6. Uso do Campus ESEFFEGO (Espaço)	36,1% dos estudantes utilizam o campus para	Uso de espaços institucionais próximo à média geral (não diretamente ligado à	Direito Social/Institucional	O acesso é gratuito e, portanto, fortalece o aspecto de democratização do acesso como um direito social. A baixa utilização soma-se a

	lazer.	renda).		questão cultural e também a problema de gestão de tempo/horário, e não de custo.
7. Lazer de Alto Custo	Teatro/Museu/Visagens Turísticas (Baixa menção)	Práticas pontuais ou ausentes, mesmo em rendas mais altas (>5 SM).	Consumo (Barreira de Custo)	Atividades que exigem alto investimento financeiro (ingresso, deslocamento, estadia) permanecem como barreiras intransponíveis para a maioria e são itens de consumo esporádico para a minoria.

Fonte: Produzido pelos autores.

Diante desses padrões, fica evidente que o lazer dos estudantes não pode ser compreendido apenas pela variedade de atividades que realizam, mas precisa ser analisado a partir das condições estruturais que orientam suas possibilidades de escolha. As desigualdades econômicas restringem o acesso a bens culturais e experiências de maior custo, enquanto a rotina marcada por estudo e trabalho impõe uma compressão temporal que limita a vivência plena do lazer como direito.

Assim, o quadro sintetiza as contradições que atravessam o lazer dos estudantes da ESEFFEGO: entre o direito social previsto nas políticas educacionais e a realidade concreta marcada por barreiras econômicas, temporais e mercadológicas. Diante disso, reconhecer que ampliar as possibilidades de acesso ao lazer passa não apenas pela oferta de espaços, mas pela construção de estratégias institucionais que enfrentem essas desigualdades e promovam vivências de lazer mais críticas, acessíveis e emancipadoras.

5 CONCLUSÃO

O estudo evidenciou que o lazer dos estudantes de Educação Física da UEG-UnU ESEFFEGO se constitui em meio a tensões estruturais que atravessam o cotidiano universitário contemporâneo. Ao investigar práticas, tempos e formas de acesso ao lazer, observou-se que os discentes vivenciam uma realidade marcada pela sobreposição entre demandas acadêmicas, atividades de trabalho e condições materiais desiguais. Essa combinação restringe o usufruto pleno do lazer enquanto direito social garantido

constitucionalmente (Brasil, 1988) e amplia o descompasso entre o ideal de democratização do tempo livre e a experiência concreta desses sujeitos.

Os resultados mostram que, embora o campus disponha de infraestrutura ampla e diversificada voltada às práticas corporais, sua apropriação como espaço espontâneo de lazer é limitada e apenas uma parte dos estudantes a utiliza, principalmente por meio de projetos de extensão. A baixa adesão confirma que a simples existência da estrutura física não assegura o exercício do lazer, reforçando estudos que apontam o tempo, e não apenas as condições materiais, como principal entrave à vivência do direito. A rotina intensa de estudos, somada à expressiva presença de estudantes inseridos no mercado de trabalho, comprime o tempo livre e aprofunda desigualdades presentes no cotidiano acadêmico.

O acesso ao lazer não ocorre em um campo neutro: grande parte das atividades disponíveis à população está subordinada à lógica do capital, que transforma o tempo livre em tempo de consumo. No capitalismo contemporâneo, práticas tradicionalmente vinculadas ao descanso, à sociabilidade e à criatividade passam a ser ofertadas como serviços pagos, ampliando a mercantilização das experiências culturais (Padilha, 2018). Nesse cenário, o direito ao lazer torna-se desigual, condicionado ao poder de compra de cada indivíduo. As políticas públicas formuladas com o intuito de ampliar o acesso a espaços e atividades de lazer como direitos sociais são restritas e limitadas, especialmente pela baixo financiamento (Figueiredo, 2009; Pintos, 2017).

Ao mesmo tempo, as práticas físico-esportivas permanecem como referências centrais para o grupo, coerentes com a formação acadêmica. Embora o PPC do curso integre uma concepção ampliada e crítica do lazer, essa compreensão, ainda não se expressa plenamente nas vivências dos estudantes, indicando a necessidade de fortalecer perspectivas emancipatórias, como a noção de “lazerania” formulada por Mascarenhas (2005).

Outro aspecto relevante se refere à centralidade crescente das práticas de lazer mediadas por tecnologias digitais. O lazer virtual aparece fortemente no cotidiano dos estudantes, tanto em atividades de sociabilidade quanto em práticas consumistas, como as compras online. Tal processo revela que o lazer, longe de se configurar como experiência emancipatória, frequentemente se converte em prolongamento do consumo. O estudo não pode aferir se esse consumo digital está associada à crescente expansão

de jogos online e plataformas de apostas (bets), o que abre possibilidades de pesquisas futuras.

Dessa forma, o estudo conclui que o lazer dos universitários da ESEFFEGO se conforma a partir de múltiplas determinações: desigualdades socioeconômicas, falta de tempo, predomínio da lógica mercantil e fragilidades na apropriação crítica do tema durante a formação. Ao mesmo tempo, aponta caminhos para enfrentar esse cenário, especialmente por meio do fortalecimento de políticas pública e institucionais que democratizem o uso dos espaços, da ampliação de práticas formativas que problematizem o lazer como direito e da criação de estratégias coletivas que valorizem a participação e auto-organização comunitária

Assim, ao evidenciar as contradições do lazer experienciado na realidade do campus, este estudo reforça a urgência de compreender o lazer para além do consumo. Ele indica a necessidade de práticas e políticas que garantam aos estudantes condições reais de usufruir o tempo livre de modo crítico, criativo e emancipador.

REFERÊNCIAS

BUZACARINI, C.; CORRÊA, E. A. Lazer dos “estudantes universitários”. **Conexões**, Campinas, SP, v. 13, n. 2, p. 15–28, 2015. DOI: 10.20396/conex.v13i2.8640653.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8640653> .

Acesso em: 20 out.. 2025.

CARDOSO, G. R.; DE ANDRADE, S. M. B. DOS SANTOS, K. do R. V.; DOS SANTOS, A.C.; RECHIA, S. Lazer na Universidade: Espaços e Equipamentos Possíveis? **LICERE**. Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 283–308, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/24041> . Acesso em: 20 out.. 2025.

CAVALCANTE, F. R.; LAZZAROTTI FILHO, A. O lazer no campo científico da educação física: entre o ganho de autonomia, a exclusão dos agentes e os estudos de grupos populacionais. **Movimento**, v. 30, 2024. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/138503> . Acesso em: 29 out. 2025.

CAMARGO, L. O. de L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

FALCÃO, D.; BARBOSA, G. N. P.; LIMA, M. A.; OLIVEIRA, L. L. de. A vida mediada pela tela: impactos no lazer e na formação dos graduandos em Educação Física da UFOP durante a pandemia da Covid-19. **Conexões**, Campinas, v. 21, 2023.

Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8669999> .

Acesso em: 29 out. 2025.

FIGUEIREDO, P. O. F. de N. **Política e Formação: o programa esporte e lazer da cidade no Distrito Federal e entorno**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAGNABOSCO, L. N. **Práticas de lazer dos estudantes universitários na Universidade Federal de Uberlândia**. 2019. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

Disponível em:<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28395> Acesso em 18 ago. 2025

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação física. Educação física: Cultura e sociedade**. São Paulo, Papirus, 2006.

MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. Tese de doutorado em Educação Física. Universidade de Campinas: Campinas, 2005.

MELO, V. A.; ALVES JÚNIOR, E. de D.. **Introdução ao lazer**. Editora Manole, 2003.

NASCIMENTO, O. A. dos S. **Os conhecimentos do lazer nos projetos pedagógicos de cursos de licenciatura em Educação Física no Estado de Goiás**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

OLIVEIRA, L. L. de. A vida mediada pela tela: impactos no lazer e na formação dos graduandos em Educação Física da UFOP durante a pandemia da Covid-19. **Conexões**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8669999> Acesso em: 29 out. 2025.

PADILHA, V. **Shopping center: a catedral das mercadorias**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PADILHA, V. Desejar, comprar e descartar: da persuasão publicitária à obsolescência programada. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 4, p. 46-49, 2016.

PADILHA, V. Trabalho, tempo livre e consumo sob o manto da racionalidade do capital. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC**, p. 77-89, 2018.

PINTOS, A. E. da S. **Análise da experiência em monitoramento e avaliação de políticas públicas do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC.** 2017.189 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação Física)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, J. V. P. da. **Impactos da Covid-19 ao Lazer de Universitários.** Holos, Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11146>
Acesso em: 2 nov. 2025.

SCHWARTZ, G. M. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier.. **Licere**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 23-31, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1468> Acesso em: 2 nov. 2025.

Recebido em: 15 de dezembro de 2025

Aceito em: 30 de dezembro de 2025